

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de São Paulo* Class.: PIX-BR 80  
 Data: 15.07.79 Pg.: 24 376

# BR-80 hoje, apenas uma trilha do medo

"Esta não é uma trilha do medo." A frase, gravada há oito anos no obelisco comemorativo da chegada da BR-80 às margens do rio Xingu, no Mato Grosso, soa, hoje, presunçosa e falsa. A estrada, que transpôs o Xingu e foi entroncar-se com a Cutabá-Santarém onde

agonizaram os planos de estendê-la até Manaus, é realmente "uma trilha do medo". Trilha porque sua não conservação transformou-a numa picada fechada e esburacada que desafia os mais experientes motoristas. E medo, dos mesmos que, em 1971, assisti-

ram humilhados e emudecidos, à degola de 8.123 Km<sup>2</sup> do Norte de seu parque pela BR-80, e que agora, passados oito anos, retomam agressivamente a terra. Depois do ataque dos txukarramãe à sede da fazenda Agropeixin, dia 18 de julho, os fazendeiros da região

reuniram-se no povoado de São José do Xingu, para definir sua estratégia de combate. Dezenas de fazendas, que nos últimos anos começaram a ser formadas na margem direita do Xingu, ao Norte da estrada — área desmembrada do parque após a abertura da

BR-80 —, estão ameaçadas de invasão pelos índios xinguanos que, em sua atual ofensiva, poderiam atacar até o vilarejo de São José, que, aliás, está situado fora tanto dos limites atuais quanto dos pretendidos pelos silvicultores. Também a sede da

Agropeixin estava fora da área indígena. A simples proximidade, porém, irrita os índios, que não se esquecem do surto de sarampo que, em 1973, atingiu mais de 30 deles, matando quatro. A estrada não só entregou o Norte do parque para várias fazendas, mas também

abriu caminho para muitas outras, contra as quais, hoje, se voltam os índios do Xingu. E o grande rio, que o governo Médici pensou ter subjugado em 1971, voltou a ser um obstáculo à implantação das fazendas pecuárias na região: com a crescente hostilidade dos índios,

a travessia de balsas tornou-se um serviço tão custoso e temerário, que o balseiro, obrigado a morar em São José, a 41 km da margem, cobra Cr\$ 1.500,00 para atravessar um carro. ANTONIO CARLOS MOURA (enviado especial)

## Lama e poeira na viagem de perigos e incertezas

Quem viaja de Brasília para o Xingu, entra no Mato Grosso por Barra do Garças e segue 500 km pela BR-158 até alcançar o entroncamento com a BR-80. A estrada, de terra, fica praticamente intransitável no período das chuvas (dezembro a abril). Na seca, vencidos os buracos e a poeira, pode-se atingir o rio, encontrando, 75 km antes, outro entroncamento com uma estrada de nome curioso: "Perdida". Enquanto a BR-80 pende para Oeste em direção ao Xingu, a "Perdida" vai para Noroeste uns 130 km, cortando também dezenas de fazendas.

Qualquer pessoa daquela região sabe explicar o nome da estrada: "A Sudeco já tinha aberto a BR-80 nesse traçado, e aí veio a ordem para desviar mais para o Sul. Então toda aquela parte ficou perdida". A história desse desvio da BR-80, que causou o seccionamento do parque do Xingu, está até hoje mal contada, e uma das partes mais mal contadas é exatamente aquela que leva a crer que a alteração do traçado deu-se apenas nos projetos, antes da execução da obra, quando, na verdade, 130 km de estrada já tinham sido rasgados na mata, seguindo um roteiro que pouparia o Parque do Xingu.

No mesmo ano de 1971, o empresário José Ramos Rodrigues, o "Zezinho da Reunidas", proprietário de uma grande empresa de ônibus em São Paulo e de pelo menos nove fazendas na região do Xingu, declarou à imprensa e para quem quisesse ouvir que tinha sido ele o responsável pelo desvio da BR-80, após ter convencido a Sudeco a abandonar o serviço feito na estrada "Perdida". Zezinho morreu pouco tempo depois, junto com seu filho Gil, num acidente com o teco-teco que este pilotava.

Mas a BR-80 ficou. Com a passagem da estrada, os novos limites do parque indígena, decretados pelo presidente Médici, ficaram sendo estes: ao Norte, a própria BR-80; a Leste e a Oeste, acompanhando o rio Xingu, uma faixa de 40 km de largura, de cada lado; e ao Sul, foi acrescentado ao parque uma nova área que, segundo o governo alegou, compensaria a parte decepada ao Norte. Só que essa faixa agregada ao Sul, além de possuir terras inferiores às do Norte, já estava ocupada por várias fazendas.

Na parte desmembrada, havia duas situações. A Leste, na margem direita do Xingu, onde não existia nenhuma aldeia, a área era rapidamente ocupada pelos fazendeiros, alguns dos quais tinham títulos datados de antes da criação do parque, que deu-se em 1961. Com isso ficou provada a acusação dos irmãos Villas Boas de que grande parte do parque estava titulada em nome de particulares — que poderia significar que o parque vinha sendo grilado, ou ao contrário, conforme alguns fazendeiros que o Decreto de criação do parque, assinado por Jânio Quadros, expropriara diversos donos de terra legalmente titulados.

No outro lado, a Oeste, ou seja, pela margem esquerda, existia uma aldeia dos txukarramãe, no rio Jarina, afluente do Xingu. Esse grupo, chefiado por Krumare e Kremuro, recusou-se a mudar para dentro dos novos limites, onde a Funai queria que eles se juntassem a seus irmãos da aldeia de Kretire, chefiada pelo txukarramãe Raoni. A resistência do grupo de Krumare e Kremuro obrigou

a Funai a ceder, criando para eles uma nova reserva, a Jarina, o que, na prática, fez reverter aos índios a área cortada pela estrada, na margem esquerda do Xingu.

Enquanto isso, na margem direita, as fazendas iam-se instalando. Uma balsa começou a operar no rio, fazendo a travessia dos veículos. A um quilômetro da margem, sempre do lado desmembrado, surgia um pequeno povoado, Piraçu, onde chegaram a funcionar uma pensão, alguns bares e até um bordel para atender à clientela que transitava pela estrada. Desde esse tempo começaram a se registrar pequenas brigas entre índios e brancos — estes acusando aqueles de roubarem os viajantes e saquearem os caminhões. Em novembro de 1973, os moradores de Piraçu reagiram a bala a um ataque dos txukarramãe. Depois disso, por algum tempo, as hostilidades diminuíram. O vilarejo de Piraçu, por sua vez, foi acabando aos poucos, com seus moradores mudando-se para outro povoado que começava a surgir, a 41 km dali: São José do Xingu, que veio a ser chamado de Bang-Bang, ou simplesmente Bang, por causa das frequentes brigas com mortes que ali ocorriam.

Os moradores de São José contam que, antes do último ataque à Agropeixin, a 18 de junho último, os txukarramãe fizeram duas investidas sérias contra fazendas limítrofes à reserva de Jarina: em 1976, eles saquearam a Fazenda Jarina e, em 1977, atacaram a Agropeixin, matando dois empregados. Mas o incidente que patenteou a disposição dos índios de estrangular a estrada ocorreu em setembro do ano passado, no ponto da balsa, quando cerca de 50 txukarramãe, com alguns kamaiurá, suiá e txikão, roubaram Cr\$ 24 mil e saquearam todas as mercadorias do comerciante Ibiapina, que ia mascatear nas fazendas a Oeste do Xingu. No mesmo dia, os índios queimaram todas as casas de Piraçu (apenas uma era habitada e a moradora estava ausente) e ainda obrigaram o balseiro Anibal Lima Luz a abandonar sua casa na beira do rio e mudar-se para o povoado do Bang, distante 41 km.

A partir de então, os txukarramãe vêm patrulhando constantemente o rio e hostilizando os veículos que atravessam na balsa. A travessia custa Cr\$ 500,00, mas o preço real desse serviço é Cr\$ 1.500,00, pois o balseiro cobra Cr\$ 1.000,00 pela viagem de 41 péssimos quilômetros da BR-80, de sua casa no Bang até a beira do rio. Um caminhão que deseje ir à Fazenda Jarina, por exemplo, gasta, só pela travessia do rio, ida e volta, Cr\$ 3.000,00. E, se por acaso o balseiro não está avisado de que deve ir esperar algum carro que quer passar da margem esquerda para a direita, o motorista fica, às vezes, sem ter como atravessar. Anibal conta que já aconteceram vários casos de motoristas que, cansados de esperar do outro lado, atravessaram o rio a nado ou em câmaras de ar, caminharam 12 km. a pé até a primeira sede de fazenda, onde fretaram um carro para ir buscar o balseiro no povoado.

**O ATAQUE À AGROPEXIN**  
 No ataque de 18 de junho à

Agropeixin, reuniram-se os txukarramãe da aldeia de Kretire e da reserva de Jarina, e mais alguns kayabi do parque, num total de quase duas centenas de índios. Oitenta e cinco trabalhadores, incluindo mulheres e crianças, foram expulsos da fazenda pelos índios, que saquearam o armazém, escritório e casas, e incendiaram os alojamentos dos peões. Os trabalhadores tiveram duas horas de prazo para atravessar o rio, num ponto 100 km ao Norte da passagem da BR-80. A maior parte não teve tempo de ir buscar seus pertences nos alojamentos, apressando-se em correr para a balsa da Agropeixin, onde conseguiram carregar ainda uma camionete e dois tratores com carretas. Foi com esses veículos que 75 trabalhadores viajaram até a Fazenda Filipinas, a cerca de 90 km da margem direita.

Dez peões ficaram para trás, pois não foram avisados a tempo e, quando chegaram na margem, a balsa já tinha atravessado. Nadaram até uma ilha no meio do rio, onde passaram a noite, com frio e fome. No dia seguinte, um deles, Sebastião Alves, o "Balano", atravessou o rio Xingu numa jangadinha improvisada, e caminhou, descalço, os 90 km até a Fazenda Filipinas, de onde trouxe condução e alimentos para seus companheiros: "Quase morri de cansaite, mas consegui", conta o sorridente "balano" num bar do Bang.

Logo depois dessa invasão à Agropeixin, cerca de 20 fazendeiros (proprietários ou gerentes) reuniram-se em São José do Xingu com os comerciantes locais e firmaram um acordo de quatro itens para "a defesa contra os índios": 1 — Formar uma comissão para sentir, em Brasília, as intenções do governo em relação ao problema; 2 — Fechar as portas do comércio aos índios, caso eles tornem a vir à vila, nada vendendo nem trocando com eles; 3 — Revistar (a polícia) qualquer caminhão da Funai que passe por São José com destino ao parque, apreendendo as armas que forem encontradas; 4 — Reagir à altura aos ataques dos índios, mobilizando, por rádio, todos os fazendeiros da região na defesa daquele que for atacado primeiro (só não reagir caso a ação venha a ser ordenada pelo governo).

Apesar dessas decisões — ou talvez, alimentado por elas — o pânico tomou conta do povoado e das fazendas. Uma delas, a Santa Fé, cuja sede fica na beira da estrada, a 12 km do rio, paralisou a semana passada as suas atividades. O proprietário, João Rodrigues de Lima, mineiro de Ituiutaba, dispôs os 60 peões que faziam derrubada, alegando que, "nesse clima de incerteza, como os serviços não ficam barato, é melhor parar".

Valdice Domingos de Freitas, residente em Goiânia, esteve no último dia 3 em São José do Xingu, para ver os 2 mil alqueires, a seis km dali, que havia comprado por Cr\$ 14 milhões de outro fazendeiro, Marden Garcia Carneiro. Valdice trouxe em sua caminhonete dois agrimensores e seis peões, além de ferramentas e equipamentos, mas bastaram duas horas de conversa com os moradores do povoado para sentir o clima de insegurança e decidirem a voltar para Goiânia, onde está desfazendo o negócio.



A BR-80 hoje não passa de uma trilha no meio da selva, intransitável durante as chuvas e com muita poeira no tempo de seca

## O aviso ignorado, e os peões perdem tudo

"O Chico, chefe do posto da Funai, avisou o doutor João, no domingo, que os índios iam atacar no dia seguinte, e disse a ele para tirar os peões da fazenda, para evitar problemas. Mas o doutor João respondeu ao Chico que não ia tirar peão nenhum, porque senão o prejuízo ia ser maior. E só ele, doutor João, saiu da fazenda de avião, antes da chegada dos índios e nem avisou nada para ninguém. Quem contou isso para nós foi o mesmo Chico, que estava junto com os índios na hora do ataque, segurando eles para não ter transtorno."

Essa acusação ao fazendeiro paulista João Carlos Ribeiro, proprietário da Agropecuária Xingu S.A. (Agropeixin), foi repetida, sem variações, por pelo menos 20 peões que estavam, a semana passada, no povoado de São José do Xingu, ou Bang-Bang. O fato de não ter sido avisados do ataque dos índios, além de expô-los ao risco de um

massacre, impediu que os peões salvassem seus poucos bens. Muitos não puderam retirar da fazenda nenhum objeto, devido ao pequeno prazo dado pelos índios para que saíssem de lá. Esses objetos, inclusive motoserras que alguns peões compraram na fazenda a Cr\$ 15.000,00 cada, tiveram seu valor descontado no acerto que a Agropeixin fez com seus empregados, alguns dias depois do ataque dos txukarramãe.

O acerto, feito na Fazenda Filipinas, onde os peões foram alojados após a fuga, teve todos os ingredientes de violência e injustiça que costumam pontear as narrativas sobre os métodos de trabalho das empresas pecuárias instaladas na Amazônia. No escritório da Filipinas, os peões eram revistados à entrada. Até os camivetes eram apreendidos. Lá dentro, os funcionários graduados da Agropeixin estavam ostensivamente armados. Uma metralhadora ti-

nha sido displicentemente colocada sob a mesa do contador José Carlos, encarregado dos acertos, ao alcance de sua mão e sugestivamente à vista dos peões.

A quase totalidade dos depoimentos dos peões acusa a Agropeixin de fraude na avaliação dos serviços. Como a fazenda ainda estava ocupada pelos índios, não foi feita a fiscalização dos alqueires roçados ou derrubados. A Agropeixin valeu-se desse pretexto para calcular por baixo os serviços: se, por exemplo, um trabalhador tinha derrubado um lote de 20 alqueires, José Carlos pagava apenas 10 ou 12. Com os descontos das motoserras e outros objetos que ficaram abandonados na fazenda (e que "a Funai vai indenizar", segundo prometia vagamente o contador), sobrava bem pouco saldo. A Agropeixin descontou ainda dos trabalhadores 8% do pagamento, a título de imposto de renda, mas não

lhes entregou qualquer comprovante dessa retenção. Aliás, de nada serviria um comprovante para trabalhadores que não têm carteira profissional assinada nem CIC, e cuja grande mobilidade por regiões distantes dificulta uma eventual regularização da vida fiscal.

Alguns trabalhadores recusaram-se a aceitar o saldo tal como foi oferecido pela Agropeixin. Joaci Fonseca da Silva e seus colegas Eivaldo e Salvador venderam um rádio que conseguiram salvar na fuga, para, com o dinheiro, custear a viagem de um deles a Barra do Garças, sede da Comarca, onde pretendiam "encontrar apelo na Justiça".

Para completar o quadro, o Agropeixin pagou parte do saldo com cheques nominais, dos Bancos Noroeste e Itaú, praça de São Paulo. São Félix do Araguaia, a sede municipal mais próxima (300 km), conta apenas

com agências do Banco do Brasil e do Bradesco. Por isso, os peões foram obrigados a trocar seus cheques com os comerciantes do Bang-Bang, quase sempre por muito menos do que o valor real. Ainda assim, o piloto da fazenda, conhecido apenas por Neto, andou no povoado, advertindo os comerciantes para não trocar os cheques. Sem entender o motivo, alguns comerciantes continuaram o comércio, aproveitando para cobrar uma porcentagem ainda maior. Segundo os peões, esse mesmo piloto, Neto, fazia viagens no Teco-Teco da fazenda, da Filipinas para São Félix, Porto Alegre, ou Bang-Bang, cobrando, respectivamente, de cada passageiro, 3 mil, 2 mil e mil cruzeiros. Os peões estavam indignados porque, quando foram trabalhar na Agropeixin, a fazenda transportou-os de avião gratuitamente, prometendo deixá-los nos locais de origem da mesma forma.